

A ROSA E A BATATA

Em torno de *O Romance Histórico em Portugal*,
de Maria de Fátima Marinho *

Foi em 1987 que Bernard Guenée — um dos nomes que de imediato vêm à mente quando, no âmbito da Historiografia francesa, se pretenda ter em conta o renovar da dimensão política na abordagem do passado — que Bernard Guenée, dizia, deu à estampa um livro com o título *Entre l'Église et l'État*, e o subtítulo «Quatro vidas de prelados franceses no final da Idade Média»¹. O Autor contava ao tempo exactamente 60 anos. E tratava-se nesta obra de, através de uma série *encadeada e solidária* de biografias de dignitários eclesiásticos que serviram também o poder laico, tentar dar a perceber os grandes problemas sociais, políticos e religiosos da França no tempo longo que ia da Cruzada de Luís IX (1244) às *concordatas* de 1472 e 1516, «consagrando [estas] a existência» de um Rei «soberano de um Estado forte e senhor de uma Igreja devotada»². É claro que tudo isto (re)colocava o problema da *narração* no discurso historiográfico e sobretudo o da *biografia* no âmbito do «fazer História», questões porventura bem menos pacíficas há 13 anos do que o possam ser hoje.

* Porto, Campo das Letras, 1999, 352 pp. Intervenção na apresentação pública da Obra, na Livraria FNAC (Matosinhos, Norteshopping, 2000/04/06).

¹ «L'histoire statistique [...] est à l'histoire narrative ce que la pomme de terre est à la rose. Pour ma part, en écrivant ces quatre vies, je n'ai pas voulu substituer des roses aux pommes de terre qui m'ont nourri si longtemps. J'ai voulu, dans ces biographies, réconcilier la rose et la pomme de terre» (GUENÉE, B. — *Entre l'Église et l'État. Quatre vies de prélats français à la fin du Moyen Âge (XIIIe-XVe siècle)*, Paris, Gallimard, 1987). Sobre o Autor e a sua Obra cf. HOMEM, Armando Luís de Carvalho, — «Nos 70 anos de Bernard Guenée», *Revista da Faculdade de Letras — História*, 2.ª sér., XIV, Porto (1997), pp. 703-711.

² GUENÉE, B. — *Ob. cit.*, p. 18.

Relembrando no final da *Introdução* o debate (por vezes árduo) entre *estudo estrutural / compreensão* da História vs. *narração de vidas / sentir* da História, Guenée citava a tal propósito uma velha «boutade» de Anatole France, associando a «história estatística» a uma mera «autópsia»; para concluir:

«A história estatística (...) está para a história narrativa como a batata para a rosa. Pela minha parte, narrando estas quatro vidas, não pretendi substituir por rosas as batatas de que durante tanto tempo me alimentei. Pretendi sim, nestas biografias, reconciliar a rosa e a batata»³.

Desta passagem farei o meu ponto de partida e talvez de chegada.

Qualquer de nós que tenha frequentado os dois primeiros Ciclos do antigo Ensino Liceal (o então 5.º ano) até meados da década de 60 haverá necessariamente tomado contacto com o elenco oitocentista dos autores presentes na Obra aqui hoje apresentada. Do Herculano de «A Abóbada» ou de «Arras por foro de Espanha» (mais até do que da tríade dos romances), ao Garrett de *O Arco de Santana*, ao Rebelo da Silva de «A última corrida de touros em Salvaterra» — e outros *Contos e Lendas* —, até, mais pontualmente, a um Arnaldo Gama ou a nomes a bem dizer desconhecidos hoje em dia — Coelho Lousada, Mendes Leal ou o Pinheiro Chagas de *O Terremoto de Lisboa*, por exemplo —, todos (ou quase) todos estes autores estavam presentes na *Selecta Literária* então utilizada⁴; e alguns dos títulos referidos constavam das várias antologias de «Contos Escolhidos, Lendas e Narrativas»⁵ cuja leitura estava igualmente prevista para os 3.º e 4.º anos liceais.

À última geração que escolarmente conheceu estas experiências de leitura — a geração daqueles que, como eu, se aprestam agora a transpor a fronteira entre a *juventude* e a *velhice*, tal como entendidas em finais da Idade Média, ou seja, a entrada na casa dos 50⁶ — a esta geração, repito, não eram por outro lado estranhos nomes como os de Walter Scott, Howard Pyle ou Alexandre Dumas (Pai). E a própria banda desenhada que

³ Id., *ibid.*, p. 47.

⁴ Org. Júlio Martins e Jaime da Mota, múltiplas edições, em 2 vols. (3.º e 4.º-5.º anos, respectivamente), nas décadas de 50 e de 60.

⁵ V. g. a org. por Joaquim Portugal, e Manuel F. Catarino, Coimbra, 1962; ou a org. por Luís Amaro de Oliveira, Porto, Porto Editora, 1965 (com reeds.).

⁶ GUENÉE, B. — *Entre l'Église et l'État*, cit. (cf. *supra*, n. 1), pp. 39-47.

ao tempo entre nós circulava era também veículo mediador de narrativas de remotos tempos, com especial peso para a Idade Média: lembrarei antes de mais as clássicas imagens do *Príncipe Valente*, de Harold Foster, que durante anos se patentearam nas páginas dominicais de *O Primeiro de Janeiro*; e lembrarei mesmo que a não muita banda desenhada que entre nós então se produzia não deixava de remeter para esses universos: Júlio Gil, por exemplo, ilustrador da já mencionada *Selecta Literária*, era por seu turno autor de ‘estórias’ — em quadrinhos e em texto — onde salientarei as protagonizadas por alguém simplesmente chamado «Chico», jovem pugilista português que obtinha sucesso como tal nos Estados Unidos, e que numa das suas viagens⁷ ia aportar a uma ilha ‘perdida’ no Atlântico Norte, onde o tempo parecia ter-se detido no século XVIII; com intriga, obviamente, a condizer.

Bom, os tempos passaram, as gerações sucederam-se, os programas escolares mudaram, as práticas de leitura diferiram radicalmente. E para gerações como a minha — ou precedentes — tais estórias e narrativas pareceriam, aqui há 25 anos, dizer respeito a tempos, a vogas e a modelos de aprendizagem inexoravelmente datados.

Seria pleonástico alongar-me agora sobre o reviver do romance histórico em tempos mais recentes e referir os *best-sellers* que foram (também) entre nós obras como *O Nome da Rosa* ou, «mutatis mutandis», *Memorial do Convento*. Limitar-me-ei por agora a salientar que estamos em terreno de encontro, nestes finais de século, de historiadores da Literatura e críticos literários por um lado e de historiadores «tout court» por outro: porquanto, no campo destes últimos, o renascer do *político*, do *narrativo*, do *biográfico*, do *singular*, do *quotidiano*, do *irracional* acaba por constituir uma outra face de um mesmo processo marcante da história intelectual das últimas décadas. A existência de *best-sellers* no seio da própria produção historiográfica aí está a comprová-lo — e lembrarei tão somente, na França dos anos 70, o *Montaillou, village occitan*, de Emmanuel Le-Roy Ladurie, ou a tradução da biografia de *Luis XI* do norte-americano Paul Murray Kendall; ou, entre nós, e já na década de 80, a *Identificação de um País* [1985], de José Mattoso.

Foi assim com acentuado interesse, um interesse com o seu quê de *ego-histórico*, que no passado dia 7 de Janeiro tomei contacto com o livro de Maria de Fátima Marinho.

⁷ Gil, Júlio — *Chico (O) e o tesouro de Brés*, Lisboa, Editorial Ibis, s.d.

Seguindo uma prática de muitos anos, comecei, em boa parte⁸, pelo fim: pelos *Índices*⁹, pela *Bibliografia*¹⁰ e pelo *Apêndice* «Subsídios para uma Cronologia do Romance Histórico em Portugal»¹¹. Particularmente esta cronologia me suscitava curiosidade, porquanto a minha *pré-compreensão* do que pudessem ser os destinos entre nós do género literário em causa me sugeria que a Autora deveria ter-se deparado, pelo menos, com uma situação de *solução de continuidade*, algures pelos meados do nosso século. O que pude efectivamente confirmar. Vejamos como. Procedi a uma distribuição por décadas dos 238 títulos recensados pela Autora para o período 1842-1998; daí resultando o seguinte quadro:

1842-50	1851-60	1861-70	1871-80	1881-90	1891-1900	1901-10	1911-20
14	8	27	25	3	14	32	13

1921-30	1931-40	1941-50	1951-60	1961-70	1971-80	1981-90	1991-98
19	7	5	2	2	3	22	42

Cronologia do Romance Histórico em Portugal (1842-1998)

Títulos publicados por década

Esta cronologia, como é óbvio, já me respondia a essa primeira interrogação; porquanto ficava patente que entre os prolongamentos no nosso século do «romance histórico tradicional», acompanhados das (quantitativamente) limitadas tentativas de re-concepção da relação entre *ficção* e *história* (de que Aquilino e Nemésio constituíam os símbolos mais acabados) — matérias estas preenchendo os capítulos 2 e 3 — e o contemporâneo «(Re)escrever a História» — título do longo capítulo 4, o derradeiro —, sobrava um como que *semi-deserto*, constituído pelas décadas de 50, de 60 e quase toda a de 70. Porque se já os anos 30 e 40 eram de sensível declínio, a verdade é que o período entre 1950 e 1979 era marcado por apenas 4 títulos: *Principes de Portugal*, de Aquilino (1952); *Marcha Triunfal*, de

⁸ Já que o *Índice Geral* se encontra no início, pp. 7-8.

⁹ Além do referido *Índice Geral*, a Obra apresenta um *Índice Onomástico* (pp. 339-49).

¹⁰ Pp. 321-37.

¹¹ Pp. 309-19.

Júlio Dantas (1954); *Teorema*, de Herberto Helder (1963); e *A Torre da Barbela*, de Ruben A. (1964). Mais — títulos não raro separados por significativos intervalos:

- Caso dos 9 anos entre a obra de Dantas e a de H. Helder;
- e caso sobretudo dos 15 entre Ruben A. e *Fanny Owen*, de Agustina (1979), livro este que, logo seguido (no ano subsequente) de *Levantado do Chão*, de Saramago, e de *O Mosteiro*, também de Agustina, marca o arranque do tal «(Re)escrever a História» dos dias de hoje.

Por outras palavras, a cronologia desde logo nos faz compreender o porquê da estruturação da obra em 4 capítulos, sucessivamente, «História e ficção ou ficção da História»¹², «O romance histórico tradicional»¹³, «Para uma nova concepção de história e de ficção»¹⁴ e «(Re)escrever a História»¹⁵, capítulos naturalmente rematados por uma «Conclusão»¹⁶.

É naturalmente no capítulo dedicado ao «romance histórico tradicional» que Maria de Fátima Marinho nos retransporta ao mencionado universo de autores e de textos que marcaram a juventude de numerosos estudantes liceais de outras eras. Na «Introdução» ao capítulo¹⁷ revela a Autora a preocupação de logo elucidar o leitor das características algo ‘espartilhantes’ que o género em causa apresenta nesta fase.

Vai estar em questão um tipo de narrativa surgida em meados de Oitocentos, no quadro político de um Liberalismo ainda recente e que se aproxima da Regeneração, um Liberalismo — e é tendência europeia — que se preocupa com as raízes nacionais, no quadro intelectual de uma ‘reabilitação’ romântica dos tempos medievos, num quadro historiográfico também de acentuado interesse pela Idade Média, cujas fontes documentais em larga medida funcionaram como *laboratório experimental* de construção do *método histórico*, seja na ‘versão alemã’ simbolizável em Ranke,

¹² Pp. 9-43.

¹³ Pp. 45-126.

¹⁴ Pp. 127-43.

¹⁵ Pp. 145-303.

¹⁶ Pp. 305-08.

¹⁷ Pp. 47-51.

seja na ‘versão francesa’ simbolizável em Fustel de Coulanges ou na *escola metódica* de Lavissee, Langlois, Seignobos, Monod¹⁸.

Num tal contexto, e como escreve a Autora, muitas vezes «*é a fábula (invenção) que se destaca, permanecendo a História numa espécie de cenário a que se faz apelo para criar a indispensável cor local que, minimamente, pode justificar a actuação de determinadas personagens*»¹⁹. Mas a partir daqui, uma ‘bifurcação’: domínio do *social* ou do *individual-heróico*? da História ou da ficção? de uma História-*reconstituição* ou de uma História-*edificação moral*? *conjunção* da biografia (e do herói) com a História ou *disjunção* face a ela? É a partir de interrogações como estas que Maria de Fátima Marinho, citando por um lado Harry Shaw e, por outro, dois dos primeiros estudiosos do género literário em causa entre nós (Sampaio Bruno²⁰ e Rodrigo Soares²¹), nos coloca desde logo face à possível antinomia entre o romance histórico oitocentista e algumas tardo-manifestações da primeira metade do nosso século, ligadas a autores de «*forte pendor nacionalista, a que não são com certeza alheios o lusitanismo e o integralismo lusitano*» (Campos Júnior, Artur Lobo d’Ávila, Antero de Figueiredo, Afonso Lopes Vieira)²²: os heróis são normalmente reis e rainhas — embora possam ser também personagens «*completamente inventadas*» — e, conseqüentemente, há «*um menor interesse na diegese, que em traços largos já é conhecida, e uma menor liberdade de efabulação e de caracterização das personagens*»²³. O corpo do capítulo tem duas secções. Na primeira («A Herança de Scott e o Romantismo»)²⁴, a Autora vai analisar sucessivamente Herculano, Garrett, Rebelo da Silva, o Camilo de *O Retrato de Ricardina, A Brasileira de Prazins* ou *O Senhor do Paço de Ninães*, por exemplo, e ainda Arnaldo Gama, Pinheiro Chagas, Alberto Pimentel e outros autores, na circunstância ‘menores’ (v.g. Oliveira Marreca, Andrade Corvo, Coelho Lousada, Teixeira de Vasconcelos, Mendes Leal, Silva Gaio ou o Oliveira Martins de *Febo Moniz*). Na

¹⁸ Cf. por todos PROST, Antoine — *Douze leçons sur l’histoire*, Paris, Seuil, 1996, pp. 13-32.

¹⁹ P. 47.

²⁰ Em 1886.

²¹ Em 1947.

²² Pp. 47-8.

²³ P. 47.

²⁴ Pp. 53-104.

segunda secção do capítulo Maria de Fátima Marinho vai analisar o percurso «Da Atitude Crítica ao Patriotismo Místico e Mítico»²⁵; o que a leva a ter em conta, sucessivamente, o Eça de *O Suave Milagre*, *O Defunto* ou, «mutatis mutandis», de *A Ilustre Casa de Ramires*, o caso singular de Carlos Malheiro Dias no primeiro quartel do nosso século²⁶, e finalmente «o romance apologético e biográfico (ou quase)», onde nos surge a análise de alguns autores que já referi (Campos Júnior, Antero de Figueiredo, etc.) e outros como Henrique Lopes de Mendonça, Júlio Dantas, João Grave ou Rocha Martins. O que me parece de salientar é a ocorrência, em fases diversas do romance histórico tradicional, de autores que foram também, embora não necessariamente nas mesmas fases da vida, oficiantes de CLIO: Herculano e Oliveira Martins, sem dúvida, mas também, e mesmo que mais secundariamente, Rebelo da Silva²⁷, Pinheiro Chagas, Carlos Malheiro Dias ou mesmo o *publicismo* de Rocha Martins.

Entre este *primeiro* romance histórico e a pujança dos últimos 20 anos, insere a Autora um capítulo — o terceiro — intitulado «Para uma nova concepção de história e de ficção»²⁸, consagrado às limitadas tentativas de renovação do género em meados do nosso século e no que elas possam denotar de influências da evolução de «Fazer História»: ténue *transição*, afinal, entre o romance histórico «tradicional» e o «post-moderno». Analisam-se dois casos principais (o Nemésio de *Isabel de Aragão — Rainha Santa*, e o Aquilino de *Aventura Maravilhosa*, duas obras de 1936) e um secundário (Samuel Maia). Nemésio e Aquilino ‘rompem’, sem sombra de dúvida; mas sem grandes consequências no devir de um género que já tivera os seus dias e ainda tardava em voltar a tê-los.

Longo é naturalmente o derradeiro capítulo, «(Re)escrever a História». Desde logo pela sua extrema actualidade: Maria de Fátima Marinho escreve sobre obras publicadas nos últimos 22 anos e integrando um ‘ciclo’ de criação histórico-romanesca que julgo não estar, de modo

²⁵ Pp. 105-26.

²⁶ Singular pelo contraste face à predominante «apologia de um passado mítico de grandezas heróicas» (p. 115).

²⁷ Que foi, aliás, o primeiro professor de *História Universal e Nacional* do Curso Superior de Letras (1860-71).

²⁸ Pp. 127-43.

algum, ‘esgotado’²⁹. Está portanto a fazer o que vem sendo chamado *História do tempo presente / História imediata*, com tudo o que isso implica — até, no caso muito concreto do nosso País, e ainda hoje — em termos de *coragem!*

Por outro lado, este capítulo vai incidir sobre cerca de 70 títulos, representando quase 30% do total³⁰. Até por esta dimensão, Maria de Fátima Marinho ensaiou o estabelecimento de uma tipologia, em função das características da acção e da narrativa. E assim vamos ter, sucessivamente, 8 subcapítulos:

1. «A Nova Saga Familiar», de que é exemplo, entre diversas outras obras, *Levantado do Chão*, de Saramago;
2. «Biografia de Personagens Referenciais», exemplificado em *Fanny Owen* ou em *Adivinhas de Pedro e Inês*, de Agustina;
3. «Autobiografia Fictícia», de que são exemplo *A Casa do Pó*, de Fernando Campos ou *Memórias de Agripina*, de Seomara da Veiga Ferreira;
4. «Focalização Heterodoxa», caso de *Memorial do Convento*, de Saramago;

²⁹ A Autora relaciona, por outro lado, o *boom* de romances históricos com a premissa da reflexão sobre a «identidade nacional» (p. 147). E de facto, um ano antes de *Fanny Owen* surgira *O Labirinto da Saudade*, de Eduardo Lourenço (1978), ponto de partida de um tipo de reflexão ensaística que terá tido uma das suas grandes manifestações da presente década na mesa-redonda de Abril de 1992 (Porto, Casa das Artes), que esteve na base do volume *Existe uma Cultura Portuguesa?*, coord. SILVA, Augusto Santos e JORGE, Vítor Oliveira, Porto, Afrontamento, 1993. E em 1977 iniciara-se a comemoração anual do 10 de Junho como *Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas* segundo um *figurino* que fez época, comportando uma sessão solene onde, para além das condecorações, surgia a oportunidade de ouvir notáveis ‘orações de sapiência’; concretamente, de 1977 a 1985: Vergílio Ferreira, Jorge de Sena, Fernando Namora, Vitorino Magalhães Godinho, Eduardo Lourenço, Agustina Bessa-Luís, Azeredo Perdigão, Ferrer Correia e Mário Neves. Por outro lado, a já citada *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal*, de José Mattoso (2 vols., Lisboa, Estampa, 1985) poderá simbolizar, entre os historiadores, uma nova preocupação com *identidade/origens*, em parte na base da ‘deslocação’ para os primeiros tempos da existência do Reino — acrescidos dos antecedentes na Reconquista — de um medievismo que desde finais da década de 50 consideravelmente se centrara nos séculos XIV-XV.

³⁰ O ponto de partida é colocado na escassa produção dos anos 60, até pelo carácter inovador das obras que aí estão em causa (Herberto Helder e Ruben A.).

5. «Sob o Signo da Ironia», exemplificado no Mário Cláudio de *Tocata para Dois Clarins*;
6. «História(s) Alternativa(s) Subversiva(s)», de que são exemplo *Teorema*, de Herberto Helder ou *O Bosque Harmonioso*, de Abelaira;
7. «Anulação do Tempo e da Morte», item exemplificado em *A Torre da Barbela*, de Ruben A. ou em *A Casa da Cabeça de Cavallo*, de Teolinda Gersão;
8. e finalmente «Significado da História», de que é exemplo *As Naus*, de Lobo Antunes.

Deixo intencionalmente para o fim o capítulo inicial, «História e ficção ou ficção da História»; porque é justamente aí — e mormente nos pontos 3. e 4., sucessivamente, «Novos Conceitos de História» e «O Romance Histórico Pós-moderno» — que melhor se explicitam as convergências entre um leitor/historiador e uma autora/historiadora-e-crítica-do-literário.

Em texto dos anos 80 traduzido entre nós vai já para uma dúzia de anos, Hans-Robert Jauss, confrontando *experiência histórica e ficção*, lembrava, fazendo-se eco de Reinhart Koselleck³¹, a tradicional distinção entre *res factae* como o objecto do historiador e *res fictae* como o resultado da criação ficcional, para concluir pela sua inoperatividade hoje, em função da reflexão hermenêutica: as *res factae* surgiriam assim não como «um dado primário, mas um fim»; e os dados constituindo e dando fundamento de significação às *res factae* pressuporiam «formas elementares de visão e de representação»³².

Por outras palavras, e ainda que pudesse aceitar-se à partida a distinção de fundo entre aquilo sobre que escreve o historiador e aquilo sobre que escreve o romancista, algo em contrapartida os une: o dizer o tempo, que levará um e outro a lançar mão de processos de escrita com muito em comum.

³¹ Jauss não refere qualquer obra de Koselleck. Veja-se, entretanto, KOSELLECK, R. — *Expérience (L') de l'Histoire*, trad. franc., Paris, Gallimard/Seuil, 1997, *maxime* os textos n.ºs 1. e 6. (respectivamente «Le concept d'histoire» [1975] e «Théorie de l'histoire et herméneutique» [1985]), pp. 15-99 e 181-99, respectivamente.

³² JAUSS, H.-R. — «Experiência histórica e ficção», in *Certezas e Incertezas da História. Três colóquios sobre História no Instituto Colegial Europeu*, dir. GADOFFRE, Gilbert, trad. port., Lisboa, PENSAMENTO — Editores Livreiros, 1988, pp. 107-20.

E eis todo o problema da *intriga* e da *narratividade* como factores de convergência da escrita da História e da escrita da ficção, problema este particularmente candente, como é óbvio, no domínio em que estamos; eis por outro lado todo um universo de autores onde, para além dos já mencionados, encontramos diversos outros nomes referidos na *Bibliografia da Obra*: de Raymond Aron a Paul Ricoeur, de Hayden White³³ a Barbara Foley, de Linda Hutcheon a Paul Hamilton, de Arthur Danto a Philippe Carrard³⁴; ou, entre nós, de Carlos Reis a M. Fátima Bonifácio³⁵.

Duas notas finais:

1.^a) A expressão de um voto: que Maria de Fátima Marinho não nos deixe por aqui no que toca indagações sobre o romance histórico entre nós. Porque não, num futuro não muito distante, um *Dicionário do Romance Histórico em Portugal*, com entradas por autores, títulos, personagens, temáticas e até épocas em que a acção decorra? A sugestão/'provação' aqui fica...

2.^a) Se dúvidas houvesse, duplamente oportuna seria então esta referência derradeira: Maria de Fátima Marinho acaba de nos oferecer uma obra com uma invulgar capacidade de convergência entre criadores de textos — quaisquer que esses textos sejam — e exegetas do Texto — qualquer que esse Texto seja. Ou, por outras palavras e como diria Guenée, teremos aqui um claro exemplo de «conciliação da batata e da rosa».

Armando Luís de Carvalho Homem

³³ Para além da obra cit. (*The Content of the Form*), cf. *Meta-História. A imaginação histórica do século XIX*, trad. port., São Paulo EDUSP, 1992, *maxime* o cap. 1. da Parte I («A Imaginação Histórica entre a Metáfora e a Ironia»), pp. 59-93; e *Trópicos do Discurso. Ensaios sobre a crítica da cultura*, trad. port., São Paulo, EDUSP, 1994, *maxime* os caps. 3. e 5. («O Texto Histórico como Artefato Literário» e «As Ficções da Representação Factual»), pp. 97-116 e 137-51.

³⁴ *Poetics of the New History. French Historical Discourse from Braudel to Chartier*, Baltimore/Londres, The Johns Hopkins University Press, 1992, *maxime* pp. 29-54..

³⁵ *Apologia da História Política. Estudos sobre o século XIX português*, Lisboa, Quetzal, 1999, *maxime* o ponto III da *Introdução* («A História Política Narrativa»), pp. 85-129.